

Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

Instituto Federal de Roraima (IFRR)

clarice.duarte@ifrr.edu.br

Lana Cristina Barbosa de Melo

Instituto Federal de Roraima (IFRR)

lana.melo@ifrr.edu.br

Virgínia Marne da Silva Araújo dos Santos

Instituto Federal de Roraima (IFRR)

virginia.santos@ifrr.edu.br

EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTERCONEXÕES POSSÍVEIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ENSINO CRÍTICO E TRANSFORMADOR

RESUMO

Este artigo trata sobre uma discussão teórica sobre Educação do Campo e Educação Ambiental a partir da experiência realizada como o projeto Construção da Agenda 21 escolar e Formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA). Por meio de estudo bibliográfico, pesquisa historiográfica e construção de palestras de sensibilização, os estudantes do Instituto Federal de Roraima – Câmpus Novo Paraíso puderam realizar atividades de pesquisa, ensino e extensão junto à Escola Estadual Padre Calleri e à Escola Municipal Francivan Nascimento Lopes, localizadas na zona rural do município de Caracaraí-RR. O referencial teórico contou a perspectiva desenvolvimental da Teoria Histórico-cultural e contribuições de Vera Candau, Henry Giroux, Boa Ventura, Ghedin, Morin e Brandão, promovendo a reflexão sobre escola, currículo e prática social no campo.

Palavras-chave: Educação ambiental. Fogo. Educação do campo.

COUNTRYSIDE EDUCATION AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: POSSIBLE INTERCONNECTIONS FOR THE CONSTRUCTION OF A CRITICAL AND TRANSFORMATIVE EDUCATION

ABSTRACT

This article deals with a theoretical discussion about Countryside Education and Environmental Education based on the experience of the project Construction of the School Agenda 21 and Training of the Environment and Quality of Life Commission (COM-VIDA). Through a bibliographical study, historiographic research and construction of sensitization lectures, the Instituto Federal de Roraima – Câmpus Novo Paraíso students were able to carry out research, teaching and extension activities at the Padre Calleri State School and the Francivan Nascimento Lopes Municipal School, located in the rural area of the municipality of Caracaraí-RR. The theoretical framework included the developmental perspective of the Historical-Cultural Theory and contributions of Vera Candau, Henry Giroux, Boa Ventura, Ghedin, Morin and Brandão, promoting reflection on school, curriculum and social practice in the countryside.

Keywords: Ambiental Education. Fire. Countryside Education.

DOI: 10.28998/2175-6600.2017v9n18p87

1 INTRODUÇÃO

Discussões acerca da função social da escola, da necessidade de atrelar conteúdos pedagógicos que correspondam às necessidades reais dos educandos são constantes no meio acadêmico. Entender a complexidade dos seres humanos no processo de ensino-aprendizagem e buscar uma prática pedagógica que seja instigante e significativa, seja qual for o nível ou modalidade de ensino, é uma tarefa árdua, pois requer esforço, reflexão e um encantamento com o exercício da docência. Este estudo enfatiza a necessidade de relacionarmos ciência e cotidiano; conhecimento científico e saber social; Educação Ambiental e Educação do Campo, a fim de construir práticas pedagógicas condizentes às demandas do meio rural.

O princípio metodológico desta proposta é percebido à luz da Teoria Histórico-cultural, que entende a atividade educativa como basilar para o desenvolvimento humano em nível pessoal e coletivo. A educação é, neste contexto, percebida como “(...) uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal” (LIBÂNEO, 2001, p.160). E, para tanto, precisa ser contextualizada, partir do interesse e motivação dos estudantes e convergir em prática social para que, assim, possam intervir efetivamente na realidade.

Elaborar e aplicar atividades educativas no campo para construir um ensino transformador é uma responsabilidade que compete aos profissionais da educação, aos pais, alunos e gestores públicos, sendo necessário que ambos entendam a função da escola para que as práticas pedagógicas “não se configurem num desserviço à sociedade pelo modo como lidamos com o conhecimento da escola, em particular da escola do campo” (GHEDIN; BORGES, 2008, p.274).

Devido à intensificação dos movimentos sociais, a Educação do Campo vem conquistando seu espaço no contexto educacional brasileiro. Apesar da perceptível falta de investimentos, da dissociação entre currículo e necessidades reais dos educandos, do notório êxodo rural, pode-se afirmar que houve um avanço nesta modalidade de ensino, refletido no esforço de alguns profissionais, em políticas públicas voltadas para a construção de escolas agrotécnicas e cursos de graduação e pós-graduação imbuídos da tarefa de melhorar o ensino nas áreas rurais.

Este estudo ressalta a importância de abordar no espaço escolar temas condizentes às necessidades locais e entender a Educação do Campo e não para o campo. Por meio do tema gerador “o fogo no cotidiano”, procurou-se conscientizar a comunidade escolar

sobre os riscos da prática da coivara e as consequências ambientais das queimadas na região amazônica. Atrélendo pesquisa, ensino e extensão esta proposta fez-se um levantamento histórico sobre os usos do fogo desde a Pré-História até a contemporaneidade, pontuando importância de provocar diálogos entre ciência e cotidiano, de repensar a prática pedagógica e de aproximar escola e comunidade, sobretudo, por meio de uma problemática ambiental vivenciada pela comunidade escolar.

2 INTERCONECTANDO SABERES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Na educação do campo, debates sobre as relações entre campo e cidade; entre produção e consumo, desenvolvimento e sustentabilidade são imprescindíveis para a compreensão dos estudantes em relação a si e ao meio. A escola do campo deve conectar ciência e cotidiano; deve contextualizar; religar o que está separado e capacitar os estudantes para que compreendam tanto fenômenos locais quanto globais.

É preciso fazer a educação trazer para dentro de sua experiência – em seu todo e em cada um de seus campos e planos – as próprias inovações das ciências. Saber, conhecer e compreender não para “adquirir mais conhecimentos” equilibrados e diferenciados, mas para poder ousar criativamente cada vez mais as inter-relações *de/ entre* conhecimentos (BRANDÃO, 2005, p.43).

As escolas do campo devem repensar seu papel e direcionamento pedagógico. Temas relacionados ao trabalho, à produção, à sustentabilidade, às práticas produtivas precisam constar nos planos de aula, nos projetos de ensino, nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Planos de Curso das instituições de ensino, uma vez que elementos sociais, políticos e econômicos são indissociáveis.

Neste sentido, abstração e contextualização devem caminhar juntas, promovendo o avanço do conhecimento científico e a apreensão deste pelos sujeitos. Deve-se analisar os conteúdos abordados atualmente nas escolas do campo, para não reproduzir hábitos, padrões e costumes que desconsideram a riqueza das relações sociais e as potencialidades da natureza, elementos tão presentes nas zonas rurais brasileiras. Logo, o modelo de escola urbana não serve; o conhecimento deve abarcar a realidade do campo e não incitar a adaptação do campo às exigências da cidade.

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem se repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para o escoamento da produção, na falta de atendimento adequado à saúde, falta de assistência técnica, falta de acesso à educação básica e superior de qualidade (PINHEIRO, 2007, p.36).

Contudo, cabe ressaltar a evidência de um número expressivo de docentes, discentes e de algumas instituições que têm percebido a escola do campo como um agente de mudança, um espaço coletivo de criação e recriação permanentes, capaz de qualificar os agricultores e seus filhos para o trabalho e para a vida. Logo, é preciso que as escolas do campo tornem-se lugares abertos à diferença, valorem o potencial de seus sujeitos e cumpram seu papel social; e o primeiro passo é a compreensão que o espaço agrário não pode mais ser relegado a segundo plano pelas esferas de poder.

A escola do campo não pode ser mantenedora ou reprodutora de sistemas, formas e velhos hábitos culturais e de ensino presentes no meio urbano. Os conteúdos presentes nos currículos devem ser analisados criticamente, bem como a maneira como são expostos em sala de aula, uma vez que alguns materiais didáticos, filmes e programas curriculares “incorporam um conjunto de suposições a respeito do mundo, de um determinado assunto, e de um conjunto de interesses” (GIROUX, 2007, p.35). Assim, eleger saberes acordes aos aspectos sociais, identitários e econômicos das escolas do campo é basilar no contexto de Educação do Campo.

Considerar as vozes autorizadas a falar nas escolas e nas salas de aula implica, então, considerar os processos que discriminam e abafam tantas outras. Implica perceber os múltiplos silêncios que ocorrem desde a concepção de currículos até sua tradução por professores e estudantes no âmbito das práticas pedagógicas. Implica analisar que saberes e experiências são incorporados e valorizados nos currículos. Implica verificar que identidades e diferenças se está procurando produzir e que identidades se deveria procurar produzir. Implica, em síntese, compreender razões e efeitos das ênfases e omissões referentes a saberes, significados e identidades” (CONEN & MOREIRA, 2001, p.8).

Na busca de saberes que efetivamente contribuam para as escolas do campo, deve-se aprofundar o estudo e o diálogo com educadores, ecologistas e cientistas sociais que propõem práticas pedagógicas e conteúdos curriculares que vão ao encontro das peculiaridades econômicas, ambientais e culturais destes estudantes. O que valorizar? Como oferecer conteúdos disciplinares que privilegiem as práticas sociais do meio rural? Quais as interconexões possíveis entre educação ambiental e educação do campo? Perguntas como estas são fundamentais para refletir e, posteriormente, atuar de forma mais condizente nas escolas do campo.

O meio rural e o meio urbano possuem elementos diferenciais; um destes é a relação com a natureza, fato que deve ser considerado nos currículos, nos planos de ensino e nas práticas educativas. “No meio rural, trabalho e escola são responsáveis pela continuidade ou não de processos socioculturais e de produção, como o próprio trabalho, a convivência grupal e outros tantos valores” (LEITE, 2002, p.76). Sabemos que as escolas rurais

possuem diferenças em relação às escolas urbanas; e estas devem ser observadas para que consigamos extrair as potencialidades que o campo tem a oferecer.

Edgar Morin (2011) discorre sobre a incapacidade de contextualizar ciência e cotidiano, local e global, afirmando que esta tem sido uma grande falha no ensino, sobretudo, nas áreas rurais. “As ciências produziram ganhos prodigiosos de conhecimento que, no entanto, se traduzem em ganhos de ignorância’: incapacidade de contextualizar, de religar o que está separado, incapacidade de compreender os fenômenos globais planetários” (MORIN 2011, p.24). Esta assertiva reitera que os educadores devem romper com esquemas e condicionamentos sociais no dia a dia da sala de aula, de acordo com sua compreensão e ímpeto de mudança.

A Educação Ambiental é vista como uma colaboradora para desenvolver, no ambiente de aprendizagem, a criticidade e a reflexão sobre os modelos sociais que os sujeitos anelam reproduzir ou transformar, permitindo que o conhecimento teórico seja aplicado para transformar sua realidade social. Por meio de temas ambientais inerentes ao campo, pode-se realizar atividades educativas que provoquem diálogos, visando a construção de conhecimento significativos acerca das relações homem-natureza, valorizando o sistêmico de nós mesmos e do mundo (MORIN, 2011). Deve-se trazer ao cotidiano da Educação do Campo a visão de conjunto, permitindo que a escola seja um espaço de convivência e trocas culturais. E, posteriormente, apreender valores positivos presentes no dia a dia do ambiente rural, como solidariedade, afetividade, respeito à natureza.

A educação ambiental, devido ao seu caráter crítico e dialógico pode – e deve – ser usada como um elemento fundamental na educação do campo, contribuindo para que os estudantes transformem a si mesmos, seu meio e suas relações sociais de forma mais sustentável e harmoniosa.

Se nas ciências da natureza, da pessoa e da sociedade há algo que esteja seguindo um rumo equivocado e perigoso, um dos motivos pode ser a perda da compreensão das interações entre todas as coisas, entre todos os planos, entre o tudo do todo que somos, estrelas e flores, astros e pessoas, astros e pessoas, partes de uma mesma teia da vida, fração de uma mesma tessitura do universo. Um outro motivo pode ser a perda do sentido das interações, integrações e indeterminações que existem dentro de nós mesmos, seres humanos, pois, ao perdermos o sentido e o sentimento sistêmico do todo de tudo, perdemos também a sensibilidade de que nós mesmos somos uma totalidade de corpo e espírito, de sentimento e pensamento, de emoção e razão (BRANDÃO, 2005, p.19).

As escolas do campo devem primar por um tipo de educação que prepare os estudantes, não como um sujeito que se adapta, mas que se insere no mundo e o transforma; enquanto sujeito capaz de compreender profundamente sua realidade.

Conforme o artigo 2º da Resolução 01 do Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica, de 03 de abril de 2002:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Os saberes historicamente construídos são a base para qualquer mudança de percepção e ação; e sua compreensão e interiorização será mais significativa quando contiver elementos próprios da realidade objetiva dos estudantes e não for uma padronização de conhecimentos alheios às necessidades dos estudantes. Neste sentido, a Educação Ambiental no campo conferiria ao ensino seu caráter de processo permanente que humaniza e qualifica o homem e suas relações com o meio.

As comunidades agrícolas brasileiras possuem um imensurável saber social e a escola do campo deve ser o aglutinador de saberes e práticas sociais para que estes sejam valorizados ou substituídos, uma vez que cabe a cada comunidade repensar o que deve ser mantido e o que deve ser melhorado a partir de suas prerrogativas. Neste sentido, é incabível permitir que este espaço seja reproduzidor de um modelo econômico e educacional que não corresponda ao vir a ser destas coletividades. Sem cair num idealismo romântico nem implantar uma educação meramente academicista, deve haver um esforço para compreender o papel social da escola do campo e o valor social inerente ao meio rural.

Parece que o sistema de ensino, nascido no contexto da modernidade, assentado no ideal de uma escola básica a que todos têm direito e que garanta o acesso aos conhecimentos sistematizados de caráter considerado “universal”, além de estar longe de garantir a democratização efetiva do direito à educação e ao conhecimento sistematizado, terminou por criar uma cultura padronizada, ritualística, formal, pouco dinâmica, que enfatiza processos de mera transferência de conhecimentos, quando esta de fato acontece. (CANDAUI, 2000, p.68).

Conforme Miguel Arroyo (2011), a escola do campo deve recuperar uma visão positiva, digna e realista do campo, rompendo com estereótipos que distorcem a imagem do homem e da mulher rural, portanto, escola deve ser este espaço de questionamento, de conflito e transformação. As escolas rurais possuem diferenças em relação às escolas urbanas; e estas devem ser observadas para que consigamos extrair as potencialidades que o campo tem a oferecer. A Educação Ambiental atrelada à Educação do Campo pode colaborar para que teoria e prática social sejam relevantes para toda a comunidade escolar.

O conhecimento no modelo curricular dominante é tratado basicamente como um domínio dos fatos objetivos. Isto é, o conhecimento parece objetivo no sentido de ser externo ao indivíduo e de ser imposto ao mesmo. Como algo externo, o

conhecimento é divorciado do significado humano e da troca inter-subjetiva. Ele não é mais visto como algo a ser questionado, analisado e negociado. Em vez disso, ele se torna algo a ser administrado e dominado. Neste caso, o conhecimento é separado do processo de geração do próprio conjunto de significados, um processo que envolve uma relação interpretativa entre conhecedor e conhecido. Uma vez perdida a dimensão subjetiva do saber, o propósito do conhecimento torna-se acumulação e categorização (GIROUX, 2007, p 45).

Atualmente, um número expressivo de docentes, discentes e algumas instituições têm percebido a escola do campo como um agente de mudança, um espaço coletivo de criação e recriação permanentes, que qualifica os agricultores e seus filhos para o trabalho e para a vida. A escola do campo não pode ser mantenedora ou reprodutora de sistemas, formas e velhos hábitos culturais e de ensino; precisa cultivar a cooperação e a conexão de saberes acadêmicos e sociais.

Ontologicamente, o ser humano precisa aprender a produzir sua própria existência, o que nos leva a concluir que a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem; isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do próprio homem. Mas esse aprendizado se modifica juntamente com as mudanças pelas quais passam as formas de trabalho, de produção da existência, de sorte que a relação entre o trabalho e a educação é tanto ontológica quanto histórica. (RAMOS, 2010, p. 98).

3 SABERES NÃO FRAGMENTADOS E APLICADOS NA COMUNIDADE

Esta proposta educativa procurou tecer um diálogo entre Educação do Campo e Educação Ambiental, por meio do projeto de extensão do IFRR – Campus Novo Paraíso (CNP) denominado “Construção da Agenda 21 escolar e Formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM VIDA) realizada com alunos do curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio com alunos do ensino fundamental e estudantes de escolas públicas localizadas na Vila Novo Paraíso, zona rural do município de Caracaraí, RR.

O início do projeto deu-se pelo interesse de alguns alunos em temas relacionados à Pré-História, realizadas no módulo I (primeiro ano do ensino médio), onde o elemento fogo foi evidenciado como colaborador de transformações sociais e técnicas da humanidade. A pedido de alguns estudantes, elaborou-se um subprojeto que teve como título: “O fogo no cotidiano: entendendo seus mitos, símbolos e utilidades desde a Pré-História até a contemporaneidade”.

A proposta contou com a participação de três alunos (dois bolsistas e um voluntário) tendo a tarefa de atuar como mediadores e extensionistas junto à comunidade escolar. Seu objetivo consistia em relacionar História e cotidiano, Educação do Campo e Educação

Ambiental e indagar acerca das relações homem-natureza em períodos históricos distintos, tendo o elemento fogo como elemento de análise e conexão de saberes. Valendo-se do tema “o fogo no cotidiano”, os estudantes partícipes da proposta compreenderam a utilização do fogo em diferentes temporalidades, fazendo um percurso desde sua sacralização na Pré-História e Idade Antiga até chegarmos numa problemática ambiental comum ao cotidiano dos alunos: a queimada no lavrado e na floresta roraimense.

Os objetivos específicos da proposta eram: entender o uso do elemento fogo em diferentes épocas; perceber as transformações sociais e materiais que envolvem diferentes contextos históricos; estudar sobre a simbologia da tocha olímpica, do *fachio* e de monumentos que utilizam e valoram a imagem do fogo; estudar acerca do fogo na História da Química, relacionando-o como trabalho científico nas Idades Média, Moderna e Contemporânea; perceber os malefícios do uso indevido do fogo na agricultura; debater sobre o uso inadequado do fogo na agricultura e no ambiente doméstico.

Estas inter-relações resultaram em debates, palestras, atividades lúdicas sobre a problemática ambiental do uso incorreto do fogo na agricultura e também no âmbito doméstico. Ao final da proposta, as experiências foram expostas na Feira de Ciências do Instituto Federal de Roraima e da Universidade Estadual de Roraima, denominada FECIRR.

4 ESTUDAR PARA ENSINAR

O projeto "O fogo no cotidiano: entendendo seus mitos, símbolos e utilidades desde a Pré-História até a contemporaneidade" foi uma experiência pedagógica atrativa e envolvente que permitiu uma discussão ampla sobre uma problemática ambiental local, vivenciada pelos alunos do sul do estado de Roraima: a queimada no lavrado e na floresta.

Ao tratar do fogo ao longo do tempo estabeleceu-se um diálogo entre passado e presente, bem como entre períodos históricos, as invenções e ações humanas, contribuindo para que os estudantes partícipes da proposta fizessem uma releitura de um hábito comum e ambientalmente prejudicial: queimada da mata do ambiente rural e os acidentes domésticos. Esta trajetória do homem – e do fogo – no tempo permitiu que os estudantes do IFRR-CNP percebessem a historicidade dos fenômenos e que os estudantes bolsistas pudessem experimentar a importância de repassar seus conhecimentos através do processo educativo realizado junto às escolas vizinhas.

Os alunos também puderam experimentar um aprendizado mais interativo, dinâmico e condizente com sua realidade. O fogo serviu como elemento gerador de indagações e como uma base concreta de análise para levantar questionamentos sobre os usos da terra,

dos recursos naturais e relações homem-natureza. Neste trabalho, a abstração e os questionamentos tiveram no contexto social e agrário seu ponto de partida, interligando saberes e propondo soluções para o uso incorreto do fogo no campo e no ambiente doméstico.

O Instituto Federal de Roraima – Câmpus Novo Paraíso (IFRR-CNP), a Escola Estadual Padre Calleri e a Escola Municipal Francivan Nascimento Lopes que participaram desta experiência também estabeleceram diálogos e troca de experiências, num elo de solidariedade e cooperação que deve ser enfatizado nas escolas do campo, por partilharem de situações e dificuldades tão peculiares: falta de infraestrutura, dificuldade de acesso, falta de professores e material didático, entre outros. Os alunos, sobretudo do IFRR- CNP, atuaram e perceberem-se como agentes de transformação ao adentrar em discussões ambientais e na montagem de oficinas, palestras e atividades lúdicas, provando que docência e discência não são dissociáveis, pois sempre se aprende ao ensinar.

Esta experiência demonstra que a escola do campo deve conectar ciência e cotidiano; deve contextualizar; deve utilizar a educação ambiental como elemento de compreensão de fenômenos locais e globais. O pensamento sistêmico e a conexão de saberes são elementos que permitem ressaltar valores positivos que devem ser contemplados pedagogicamente nas escolas rurais: a solidariedade, a cooperação, o respeito à natureza. A fragmentação das aulas está em desacordo com os processos de pensamento (ALVES, 2004).

Esta atividade de pesquisa, ensino e extensão foi organizada e executada durante um semestre letivo. Foram realizados debates, pesquisas, montagem de oficinas e material didático, exposições e palestras. Somando os estudantes das duas instituições que direta ou indiretamente participaram da proposta, podemos contabilizar cerca de cento e vinte alunos, além dos visitantes das feiras de exposição em nível local e estadual. Atualmente, dois bolsistas continuaram o estudo na área ambiental no IFRR e outro está estudando Agronomia na UFRR; quanto aos estudantes de ensino fundamental, é difícil mensurar o impacto do projeto em suas vidas, mas como a educação é um processo lento e gradual de transformação dos sujeitos, espera-se que a sensibilização ambiental tenha sido uma semente de mudança comportamental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade das relações humanas adentra no espaço escolar e nos permite questionar sobre a função da escola, da docência, dos conteúdos disciplinares que contemplados no espaço escolar. Enquanto modalidade de ensino com características

específicas, a Educação do Campo, apesar dos avanços notórios, tem muito a desenvolver se pretende ser crítica e transformadora.

Esta experiência didática demonstra como é possível, a partir de temas simples, fazer uma relação entre ciência e cotidiano. Para que o conhecimento escolar seja relevante e significativo, deve haver uma reflexão sobre os conteúdos culturais que se manejam nas instituições de ensino e sobre a capacidade de apreensão destes pelos alunos. A conquista de novas formas de pensar e agir sobre a prática pedagógica deve ser uma premissa do educador, bem como a compreensão de que docência e discência estão intimamente relacionadas.

A educação deve transpor os muros da escola, penetrar na sociedade e mudar a dinâmica social, faz-se necessário entender a defasagem entre ensino e aprendizagem e criar propostas que ampliem o diálogo, a diversidade de enfoques e que criem novas posturas e comportamentos frente ao conhecimento. Portanto, a escola do campo deve ser comprometida com a realidade, com o meio, com as relações de trabalho e produção; deve promover ações que permitam que educadores e educandos sejam partícipes da construção do conhecimento e que compartilhem experiências na escola e para além do espaço escolar. Por meio da aproximação de temáticas ambientais com a realidade do meio rural, constatamos que a escola do campo é um espaço de educação ambiental por excelência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender**. Campinas: Fundação EDUCAR Dpaschoal, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **As flores de abril**: movimentos sociais e educação ambiental. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 01**, de 03 de abril de 2002. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2016.

CANDAU, V.M. **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio B. (orgs). **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas: Papirus, 2001.

GHEDIN, Evandro. BORGES, Heloisa da Silva. **Educação do Campo: A epistemologia de um horizonte de formação**. Manaus: UEA Edições, 2007. Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogo**. Curitiba: Editora da UFPR. Educar, nº 17, 2001. Disponível em: <revistas.ufpr.br/educar/article/viewFile/2074/1726>. Acesso em: 08 maio de 2016.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **Rumo ao abismo: ensaio sobre o destino da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Porto Alegre: Simpósio da ANPAE, 2007. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/289.pdf . Acesso em: 05 junho 2016.

RAMOS, M. **Projeto de formação humana e mediações históricas. Trabalho Educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação de trabalhadores técnicos da saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, UFRJ, 2010.